

PFL cobra fidelidade ao Planalto

PLANALTO MOSSRI

Lideres e dirigentes do PFL reafirmaram ontem a disposição do presidente Sarney de saber com quem e com quantos integrantes da Aliança Democrática o governo pode contar nas decisões da Assembleia Constituinte. O líder José Lourenço, pragmático, disse que é preciso acabar com a fase de o PMDB conseguir nomeações e nas votações contrariar o Planalto. "Se o governo anular uma nomeação, para dar o exemplo, os outros acabam se enquadrando" observou o deputado da Bahia.

Para o secretário-geral do PFL, Saulo Queiroz, o partido vai fiscalizar cada voto do PMDB em cada votação — na Constituinte e, eventualmente, na Câmara e no Senado. "Os que não acompanharem a orientação do governo não merecem desfrutar das regalias do governo" — comentou o dirigente liberal.

Lourenço e Queiroz revelaram que o presidente Sarney, ao avisar dirigentes da Aliança Democrática que não quer mais ser surpreendido em questões políticas, fazendo questão de ser informado e de opinar, deixou claro seu objetivo: saber quem está com ele e quem não está com ele.

Na questão do funcionamento da Câmara e do Senado durante o funcionamento da Constituinte, por exemplo, o PFL acredita que terá apoio suficiente de outras bancadas, inclusive de boa parte do PMDB, pa-

ra evitar a inatividade "pretendida pelas esquerdas e por Ulysses Guimarães". O líder e o secretário-geral liberais acreditam em acordo, reservando-se um ou dois dias por semana para o funcionamento da Câmara e do Senado.

DO LADO DO GOVERNO

O governo, o PFL, o PDS e o PTB não aceitam, também, a proposta de permitir a participação popular na elaboração da Constituinte. Há emenda subscrita por Mário Covas (PMDB), Plínio de Arruda Sampaio (PT) e Brandão Monteiro (PDT) permitindo a apresentação de emenda à nova Constituição, por um grupo de 30 mil eleitores, pelo menos. Há informações de que o Planalto não gostou nem um pouco da idéia, acolhida no substitutivo pelo relator Fernando Henrique Cardoso.

Há o receio de os subscritores da emenda fazerem pressão sobre os constituintes, se não for acolhida. Essa pressão seria uma "marcha" dos "constituintes populares" em direção à Constituinte e ao Planalto, por exemplo. "Haveria reações, pois o governo não admitirá baderna" — declarou José Lourenço.

O presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, por sinal, recentemente discutiu com o senador paullista Mário Covas sobre a emenda. Ulysses não gostou da iniciativa e criticou Mário Covas, que contestou: "A emenda traduz o programa do nosso partido".

Outro ponto polêmico são os poderes excessivos da Comissão de Sistematização. O PFL quer que o parecer da comissão a favor ou contra qualquer proposição — principalmente os chamados "placet" de discórdia — seja submetido ao plenário, para decisão final, com o voto da maioria absoluta (330).

O PFL não aceita, também, decisões das comissões da Constituinte por maioria simples. O PMDB terá maioria em todas elas. Se no plenário a decisão terá de ser pelo voto da maioria absoluta, com ou sem emenda que convocou a Constituinte, nas comissões esse quórum será de seis segundo — afirmou José Lourenço, acrescentando: "Disso, não abrimos mão".

Finalmente o PFL não concorda com a emenda que prevê a realização de plebiscito ainda na fase de votação do projeto da nova Constituição. O líder do PFL sugeriu uma modificação: plebiscito só após a promulgação da nova Constituição. Se o povo rejeitar a Carta, os mandatos seriam extintos e convocada nova eleição para outra Assembleia Constituinte.

Os dirigentes do PFL afirmam que a posição do partido está de acordo com a posição de governo. "Vamos ver, nós e o Planalto, quem apóia o presidente, quem não apóia, vamos cobrar responsabilidades" — disseram.